



Moçambique: exploração das areias pesadas de Chibuto e novas configurações sociais das comunidades locais

Armando Cumaio¹, Orlando Nipassa²

¹Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

²Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, Director dos cursos de Doutoramento e de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Univesridade Eduardo Mondlane, Moçambique.

Histórico do Artigo: Submetido em: 25/07/2023 – Revisado em: 01/11/2023 – Aceito em: 17/11/2023

RESUMO

Este artigo procurou compreender as novas configurações estabelecidas em consequência da exploração das areias pesadas, em Moçambique, na província de Gaza no distrito de Chibuto. A exploração das areias pesadas deu lugar ao reassentamento das comunidades afetadas no novo bairro de Nwamuza, no qual prevalecem controvérsias entre os diferentes sujeitos envolvidos relativamente aos benefícios da mineração em curso. Uma parte dos reassentados, o governo e a empresa mineradora defendem que a exploração das areias pesadas e consequente reassentamento contribui para a melhoria das condições de vida das comunidades. Outra parte, alguns ativistas sociais e académicos entendem que a exploração destes recursos comprometeu os meios de sobrevivência das comunidades. Do ponto de vista metodológico foi feita uma de revisão de literatura do tipo narrativa com base na seleção e análise descritiva de materiais que abordam sobre o conteúdo estudado e foram administradas entrevistas exploratórias. Os resultados revelam que neste bairro convivem grupos que divergem em relação aos ganhos e ao modelo de reassentamento adotado, contudo existe uma estrutura social estabelecida, novas infraestruturas construídas, serviços públicos instituídos, aspetos culturais atendidos e surgimento de algumas atividades de rendimento que dinamizam a vida. Vive-se algum tipo de convivência e interdependência entre os diferentes grupos estabelecidos, o que pressupõe que em Nwamuza há novas configurações sociais que se manifestam nas mais variadas formas, desde as relações familiares, de vizinhança, religiosas, culturais e de natureza pública.

Palavras-Chave: Areias pesadas; configurações sociais; Chibuto; Nwamuza.

Mozambique: exploration of the heavy sands of Chibuto and new social configurations of local communities

ABSTRACT

This article sought to understand the new configurations established as a result of the exploitation of heavy sands, in Mozambique, in the province of Gaza, in the district of Chibuto. The exploitation of heavy sands gave rise to the resettlement of the affected communities in the new neighborhood of Nwamuza, in which controversies prevail between the different subjects involved regarding the benefits of the ongoing mining. A part of the resettled people, the government and the mining company defend that the exploitation of heavy sands and consequent resettlement contributes to the improvement of the living conditions of the communities. On the other hand, some social activists and academics understand that the exploitation of these resources has compromised the livelihoods of communities. From the methodological point of view, a literature review of the narrative type was carried out based on the selection and descriptive analysis of materials that address the content studied and exploratory interviews were administered. The results reveal that groups that differ in relation to gains and the resettlement model adopted coexist in this neighborhood, however there is an established social structure, new infrastructure built, public services instituted, cultural aspects attended to and the emergence of some income activities that streamline life. There is some kind of coexistence and interdependence between the different established groups, which presupposes that in Nwamuza there are new social configurations that manifest themselves in the most varied ways, from family, neighborhood, religious, cultural and public relations.

Keywords: Heavy sands; social settings; Chibuto; Nwamuza.

Cumaio, A., Nipassa, O. Moçambique: exploração das areias pesadas de Chibuto e novas configurações sociais das comunidades locais. *Meio Ambiente (Brasil)*, v.5, n.5, p.38-48.



1. Introdução

Os recursos naturais colocaram a África como novo destino económico das economias capitalistas e a partir de então, começou a notabilizar-se o cruzamento entre os países em busca de recursos, renascendo, com efeito, o interesse científico de realização de pesquisas sobre o assunto.

A relação entre a abundância de recursos naturais, sua exploração e impacto no desenvolvimento tem marcado o discurso interpretativo dominante sobre a indústria extrativa em muitos países africanos detentores de recursos naturais. Em Moçambique, o debate gira em torno do quadro legal e fiscal, da transparência e das exportações, sendo, no entanto, problemático em relação as transformações sociais, reassentamentos e desenvolvimento das comunidades locais (Selemane, 2010; Castel-Branco, 2010; Chivangue, 2016).

Por um lado, olha-se para a indústria extrativa e os projetos emergentes como sendo de interesse económico nacional e, igualmente o desenvolvimento esperado legitima-se em nome do desenvolvimento económico, comunitário e sustentável (Wiegink e García, 2022). Por esta linha enquadra-se a perspetiva político estatal, que à semelhança dos pressupostos do neoliberalismo enaltece a importância das corporações internacionais ligadas a extração dos recursos naturais como agentes dinamizadores do desenvolvimento, na medida em que contribuem para a mudança e progresso das comunidades e do país no geral.

Por outro lado, a relação entre os principais atores envolvidos no processo (o Estado, as empresas mineradoras e as comunidades) tem sido alvo de várias críticas. Entende-se que as movimentações das comunidades das suas zonas de origem para dar lugar a mineração levam estas a perderem suas habitações e terras, Wiegink e García (2022) e dificilmente são integradas no mercado de trabalho e nas oportunidades de negócio emergentes (Castel-Branco, 2014). Os reassentamentos tendem a perpetuar uma certa dependência entre os atores, Wiegink e García (2022) e vulnerabilidades no seio das comunidades.

Por esta via, questiona-se o papel das instituições (sobretudo do Estado), a participação efetiva das comunidades, as facilidades criadas para as companhias extrativas, a corrupção bem como os interesses obscuros dos governantes no processo (Santos, 2008; Stiglitz, 2007; Castel-Branco, 2010; Chivangue, 2016). Em Chibuto, localiza-se um dos maiores depósitos de minerais pesados do mundo, com pelo menos 14 000 milhões de toneladas de areias ricas em ilmenite (Peixoto, Anjo, e Bonito, 2015). Desde o ano de 2018, o projeto de exploração está a cargo de capitais chineses. Com o início da mineração as comunidades de Mudumeia, Mudada, Mutsikwane, Mabekwane e Savene, todas abrangidas pelo projeto, foram movimentadas para o bairro de reassentamento de Nwamuza, localizada no distrito de Chibuto, na província de Gaza (Ndanda, 2019).

No bairro de reassentamento os membros das comunidades divergem em relação aos benefícios da exploração das areias pesadas. Uns entendem que as condições em que vivem atualmente no que diz respeito a habitação, rede elétrica, as oportunidades criadas em termos de atividades de geração de rendimento e outras, representam sinais de mudanças que resultam da exploração das areias pesadas. Outros, sentem-se vitimizados. Estes entendem que a exploração das areias pesadas e a consequente deslocação para o bairro de reassentamento comprometeu os seus meios de sobrevivência. A agricultura, a pecuária e demais atividades de sobrevivência são praticadas em difíceis condições e em locais distantes das residências (Muaga, 2021).

Os discursos acima mostram-se controversos e dividem os membros das comunidades em grupos divergentes. Contudo, apesar das controvérsias, os grupos em causa coabitam o mesmo espaço e de certa forma estabelecem algum tipo de relacionamento, constituindo-se em novas configurações sociais. Assim, este artigo procurou compreender as novas configurações sociais criadas a partir da exploração dos areais pesadas de Chibuto, considerando as comunidades reassentadas no bairro de Nwamuza.

Em termos de estrutura, o artigo compreende quatro partes. A primeira diz respeito a introdução onde se faz uma breve contextualização do problema do estudo, o objetivo e sequencialmente apresenta-se a perspetiva metodológica e o conceito de configuração social. A segunda parte apresenta uma breve leitura da mineração em Moçambique. A terceira parte faz uma descrição do distrito de Chibuto, do bairro de reassentamento e do processo da exploração das areias pesadas. Adicionalmente, faz-se uma retrospectiva sobre as comunidades reassentadas antes da exploração das areias e aborda-se sobre as novas configurações sociais. A última parte é referente as considerações finais.

2. Material e método

Para a elaboração deste artigo foi feita uma revisão de literatura do tipo narrativa. Para tal, foi feita uma análise descritiva e qualitativa do tema com base no conteúdo de materiais selecionados e publicamente disponíveis como artigos científicos, manuais, dissertações, relatórios técnicos e administrativos sobre a indústria extrativa e reassentamentos em Moçambique, em África e no mundo. Igualmente, foi feita uma breve leitura do conceito de configuração social na perspetiva de Norberto Elias por oferecer elementos que se aproximam da realidade estudada. Com efeito, os pressupostos apresentados por Elias (1969; 1993, 2008) mostraram-se relevantes para compreender como é que as comunidades reassentadas no bairro de Nwamuza se constituíram em novas configurações sociais estabelecidas no mesmo espaço de convivência nas mais variadas formas.

Na mesma sequência, explorou-se um estudo etnográfico sobre o reassentamento, realizado no mesmo local de estudo em 2021. Os dados e os resultados apresentados neste estudo revelaram-se recentes e, por isso, relevantes para o estudo. De modo a dar consistência ao estudo foram administradas entrevistas exploratórias a algumas famílias reassentadas. Tratou-se de uma escolha aleatória de acordo com acessibilidade dos sujeitos. No total foram selecionadas (10) dez famílias e entrevistadas cerca de (20) vinte membros, distribuídos em (2) dois para cada família. Tratando-se de entrevistas exploratórias julgou-se suficiente o universo para os objetivos do estudo. Os relatos foram codificados pela letra “E” cujo significado é entrevistado, seguido do número da entrevista.

Não se julgou pertinente a discriminação dos entrevistados pelo género, dado que o objetivo era ter uma perceção preliminar sobre o processo da exploração das areias pesadas e do reassentamento. Para garantir o anonimato e a liberdade dos sujeitos conforme interrupção ou abandono da entrevista foi garantido um consentimento informado em resposta às questões éticas a ter em conta na pesquisa.

2.1 Sobre Configuração Social

Por configuração social entende-se um padrão mutável criado por um grupo de pessoas não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações e as relações que sustentam uns com os outros (Elias, 1969). Neste processo, a interdependência das pessoas constitui uma condição prévia para a formação da configuração.

A configuração social é igualmente definida como um processo canalizado por uma determinada estrutura e por ela transformada, através de uma teia de relações interdependentes que se encontram ligadas entre si, em vários níveis e de diferentes maneiras (Elias, 1993). Aqui sublinham-se os problemas complexos e multifacetados como os motivos que explicam as ligações que se estabelecem entre as pessoas umas às outras e as respetivas dependências recíprocas.

Elias (2008) considera que a sociedade se constitui por meio de pessoas através das suas disposições e inclinações básicas orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Quer dizer, as pessoas constituem teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, como por exemplo, famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados.

Portanto, o bairro de reassentamento de Nwamuza constitui-se em uma unidade que integra as comunidades deslocadas no contexto da exploração das areias pesadas de Chibuto. Deste modo, a presença populacional dos diferentes membros das comunidades, o Estado e a empresa mineradora atribuem ao contexto local novas configurações que se revelam subsídios importantes para a compreensão da realidade local ao mesmo tempo que esta (realidade) se revela crucial para a compreensão das novas configurações.

3. Breves leituras sobre a mineração em Moçambique

Em Moçambique a descoberta de recursos minerais remonta da era colonial. Até aos anos de 1960, o modelo de desenvolvimento seguido por Portugal, enquanto colonizador, baseava-se na exploração económica de recursos naturais e no trabalho forçado de indígenas em benefício de interesses metropolitanos (Castelo, 2014). Nesse período, recursos como o carvão, as potencialidades de energia hídrica, o gás, entre outros, eram apontados como exemplos cuja existência já era conhecida (Mosca e Selemane, 2014).

Entretanto, o período que vai de 2007 até a atualidade tem sido apontado como representando o pico da mineração e do respetivo investimento na área, destacando-se como marco, o início da exploração do carvão mineral na província de Tete (Mosca e Selemane, 2014; Castel-Branco, 2010; Matos, 2016; Selemane, 2010).

No período em alusão assistiu-se a uma realocização das indústrias extrativas a nível mundial e Moçambique emergiu como um dos principais recetores dos grandes projetos de investimento, com destaque para os recursos minerais (Bernardo, et al, 2014). No mesmo período a economia Moçambicana encontrava-se entre as três economias mais atrativas do investimento direto estrangeiro em África (Castel-Branco, 2014) e as expectativas, a preocupação e a relevância dos recursos minerais enalteceu a nova terminologia dominante sobre o país como o *Novo Rico* (Selemane, 2010); *El dourado*; (Mosca e Selemane, 2014) ou *Donor Darling* (Hanlon, 2004).

Nesse contexto, no conjunto dos recursos mineiras que tornaram o país mais atrativo incluem-se as areias pesadas, com destaque para as areias pesadas de Moma na província de Nampula, desenvolvidas pela multinacional irlandesa, a *Kenmare Moma Mining* (Selemane, 2010). De igual modo, na província de Gaza, no distrito de Chibuto, a sul do país localiza-se o depósito das areias pesadas, exploradas atualmente por uma companhia de origem chinesa, a *Dingsheng Mining* (Ndanda, 2019). A mina de exploração ocupa uma área de cerca de 10.840 hectares (SOGECO, 2016).

3.1. Exploração dos recursos naturais, empresas mineradoras e o papel do Estado

Em Moçambique, o *boom* da mineração possibilitou um fluxo de investimento direto estrangeiro para o sector extrativo fazendo com que este se tornasse recetor de megaprojetos bem como de investimentos de média e pequena escala (Castel-Branco, 2014). Neste contexto, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento, o governo através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de 2013, definiu a necessidade de atracão de investimentos para recursos estratégicos, como carvão, gás, ferro e areias pesadas e outros (Governo da República de Moçambique, 2014).

Com efeito, o plano quinquenal do governo (2020-2024) estabelece, estrategicamente a atracão de investimento direto estrangeiro como sendo crucial para impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego e nesta lógica os recursos naturais assumem particular destaque. Nesta perspetiva pressupõe-se que a exploração dos recursos naturais tenha um impacto positivo no desenvolvimento do país (Governo da República de Moçambique, 2014).

Em outra linha de análise, relativamente a responsabilidade social das empresas que exploram os recursos, Machanguana e Sardinha (2021) constataram ser notável algum impacto por parte de algumas empresas em termos de contribuição no pagamento de impostos, criação de emprego, disponibilização de infraestruturas e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, a avaliação final das suas atividades para os moçambicanos continua a ser fonte de debates controversos à escala nacional.

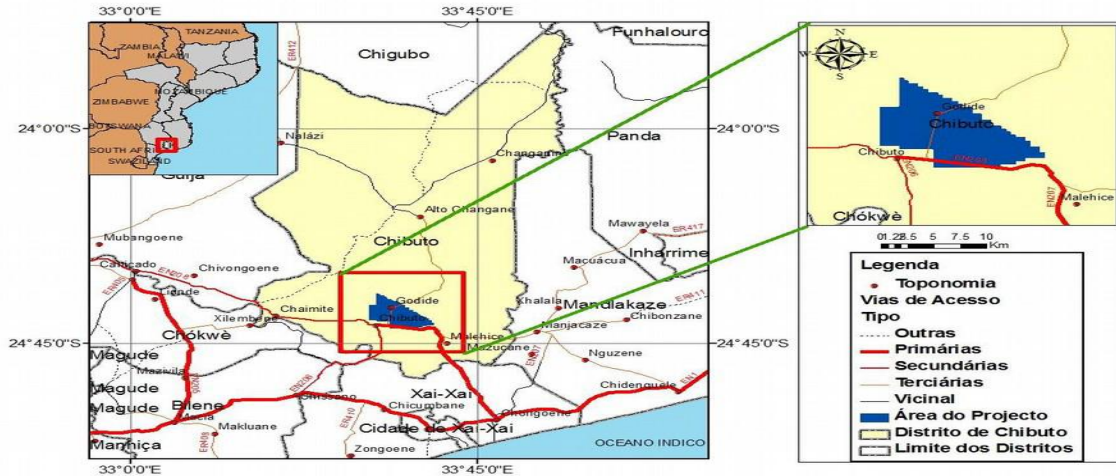
Percebe-se que prevalece um certo vazio na atuação das empresas em termos de governação e prática de prestação de contas à sociedade devido a deficiente regulação corporativa, o que de certa forma transparece uma falta de clareza na definição das suas responsabilidades (Lamas, 2021).

A respeito desta constatação, uma das principais falhas apontadas tem a ver a com a liderança. A prior, o governo parece menosprezar a avaliação do perfil das empresas com as quais assina os contratos para a exploração dos recursos naturais. Parece não se tomar em consideração questões como os antecedentes históricos da empresa na sua relação com as comunidades por onde já se instalaram, as relações laborais com os trabalhadores, o impacto das suas atividades na vida da população, recursos hídricos e toda a biodiversidade (Bernardo et al., 2014).

Assim, entende-se que este comportamento pode ser explicado pela sede de atracão de investimentos por parte dos Estados hospedeiros em tempos de hegemonia neoliberal que tendem a flexibilizar o aparato regulatório a que estas corporações estão sujeitas, Stiglitz (2007), resultando em constrangimentos de vária ordem para as comunidades envolvidas.

4. Chibuto, Nwamuza e a exploração das areias pesadas

Figura 1: Mapa do distrito de Chibuto com destaque para a zona mineira
 Figure 1 – Map of the Chibuto district with emphasis on the mining area



Fonte: Muaga (2021), in Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas de Chibuto (SDPI).
 Source: Muaga (2021), in Chibuto District Planning and Infrastructure Service (SDPI)

O Distrito de Chibuto, com 5.700 Km², situa-se a Sudeste da Província de Gaza. Faz limite a Norte, com o distrito de Chigubo e com o distrito de Panda (província de Inhambane). A Sul, separa-se com os distritos de Bilene-Macia e Xai-Xai. A Este com o distrito de Mandlakazi e a Oeste com os distritos de Guijá e Chókwé. Em termos de divisão administrativa possui seis (06) postos administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Alto-Changane, Changanine, Tchaimite e Chibuto-Sede, sendo que neste último é onde se localiza o Município de Chibuto. Possui ainda cerca de dezoito (18) Localidades, trinta e três (33) Aldeias Comunais e vinte e quatro (24) povoados (MAE 2005).

O bairro de reassentamento de Nwamuza cujo surgimento resulta da movimentação das comunidades deslocadas da área de exploração das areias pesadas ocupa uma área de 925.595 m² e localiza-se no posto administrativo de Malehice. Faz fronteira a Norte com o bairro 2, a Oeste com a aldeia de Cochobane, a Este com o bairro de Chimundo e a Sul com o bairro 4. Possui cerca de 489 casas, sendo 304 destas habitadas por cerca de 1000 pessoas. A área ocupada pelo bairro de reassentamento foi no passado uma floresta. Com a municipalização planificava-se a sua transformação em bairro de expansão. Reza a história que o nome de Nwamuza designa o primeiro líder tradicional que liderou este regulado no tempo colonial (Muaga, 2021).

A descoberta e exploração das areias pesadas de Chibuto foi marcada pela intervenção de empresas diferentes em momentos diferentes. À luz do Plano de Reassentamento desenhado para o efeito, a primeira empresa adjudicada foi a *Corridor Sands*, uma empresa australiana que mais tarde vendeu o empreendimento a *BHP Billiton*, também australiana. Por dificuldades tecnológicas esta declarou fracasso em 2009, facto que coincidiu com o cancelamento da licença de prospeção pelo governo de Moçambique, pois o prazo concedido já havia expirado (SOGECO, 2016).

Na mesma fonte, pode se ler que uma outra empresa canadiana foi concedida a prospeção, contudo também viu a sua licença cancelada devido ao incumprimento dos prazos. O mesmo sucedeu-se com a *Delta Zambeze Consortium* que em 2011 foi cancelada a sua licença devido a algumas irregularidades constatadas (SOGECO, 2016).

Somente em 2013 é que foi assinado um Memorando de Entendimento e em 2014 assinado o contrato através do qual o governo de Moçambique concedia direitos de exploração das areias pesadas numa área de 10,840 hectares a *Anhui Foreign Economic & Yunnan Xinli*, um consórcio chinês que através da *Dingsheng*

Mining explora os minerais desde 2018 (MIREM, 2014). A figura 1, mostra a zona da mineração.

4.1. As comunidades locais antes da exploração das areias pesadas

A área de cerca de 10,840 hectares concedida para a exploração das areias pesadas de Chibuto pela *Dingsheng Minerals* compreende o espaço onde viviam as comunidades de Mudada, Mudumeia, Mabekwane, Savene e Mutsicwane (Muaga, 2021). Antes da retirada para o bairro de reassentamento cada uma destas comunidades tinha uma certa estrutura política, económica, social e cultural.

Elias (2008) refere que uma sociedade é formada por pessoas que com base nas suas disposições e inclinações constituem-se em teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, como por exemplo, famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados. Significa que as comunidades antes da exploração das areias pesadas viviam em configurações sociais onde as populações estabeleciam alguma relação de convivência ou interdependência nas diferentes dimensões. Os líderes locais exerciam poder junto das suas comunidades. Praticava-se atividades económicas que garantiam a sobrevivência como sejam a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e outras. As crianças frequentavam as escolas e igualmente, praticavam-se cerimónias culturais e religiosas.

A respeito desta realidade, alguns entrevistados caracterizaram a vida antes da deslocação para o bairro de reassentamento com algum sentimento cuja tendência concorre para a perceção de convivência em configuração social.

“Na zona onde vivíamos tinha uma liderança ativa e, em família acordávamos cedo para ir a machamba porque é lá onde encontrávamos alguma coisa para a vida. Hoje aqui em Nwamuza já não é fácil porque a machamba fica longe. Não é possível ir todos os dias...” (E3)

“Eu venho de Mabekwane, lá vivia com minha família e para além de irmos a machamba em grupo, também rezávamos na mesma igreja e participávamos nas reuniões quando o líder convocava. As nossas crianças estudavam na mesma escola e os meninos pastavam o gado juntos...” (E16)

Em África e particularmente em Moçambique, no meio rural as pessoas identificam-se muito com a sua terra e cultura, elementos com os quais se estabelecem as estruturas sociais. Com efeito, as famílias são tidas como unidades territoriais nas quais a terra representa um elemento herdado dos seus antepassados e como tal, vital para todas as gerações (Mburrugu,1994; Silva, 1992).

Na atualidade, muitos projetos de mineração provocam deslocações forçadas ou involuntárias que afetam diretamente as populações residentes nas áreas abrangidas (Wiegink e García, 2022; Cernea, 1997). Os deslocamentos involuntários destroem os sistemas de produção, as redes sociais estabelecidas, a organização social, identidade cultural, estatuto social e oportunidades de sobrevivência (Cernea, 2003; Singh, 2013).

Na sequência das constatações dos autores acima, alguns depoimentos dos entrevistados chamam por um sentimento de destruição cultural quando comparada a vida antes e depois do reassentamento.

“Durante os falecimentos ou missa, todos participávamos porque a nossa cultura sempre foi essa. Aqui já não é muito fácil porque os nossos antepassados ficaram lá. Sempre fazíamos cerimónias tradicionais para recordar os nossos antepassados e como vivíamos todos no mesmo local e perto do cemitério não tínhamos muitas dificuldades...” (E5)

“Aqui vivemos como refugiados, a liderança é diferente de como vivíamos nas comunidades de onde fomos retirados. As reuniões já não são frequentes, e há problemas que não são resolvidos, mas antes a estrutura local sempre que apresentássemos queixas resolvia...” (E14)

Como sustentado por Owen e Kemp (2015) e Kesserling (2018), os deslocamentos forçados das populações devido a projetos extrativistas são reconhecidos como processos complexos e disruptivos para as comunidades locais e com o potencial de colocá-las vulneráveis. Efetivamente, estas ilações aqui tiradas apresentam-se como importantes faróis para a compreensão dos deslocamentos das comunidades afetadas pela exploração das areias de Chibuto. Deste modo, equivale afirmar que de certa forma, a configuração social vigente antes da exploração das areias pesados ficou afetada com a mineração e consequente deslocação das comunidades para o bairro de reassentamento de Nwamuza.

4.2. O bairro de Nwamuza e as novas configurações sociais

A figura 2 mostra o bairro de Nwamuza no seu espectro configuracional.

Figura 2 – Vista aérea do bairro de Nwamuza.
Figure 2 – Aerial view of the Nwamuza neighborhood



Fonte: Muaga (2021)
Source: Muaga (2021)

De acordo com Elias (1993) configuração social define-se como um processo canalizado por uma determinada estrutura e por ela transformada, através de uma teia de relações interdependentes que se encontram ligadas entre si em vários níveis e de diferentes maneiras. De entre os motivos que orientam o estabelecimento de uma configuração destacam-se os problemas complexos e multifacetados que afetam as pessoas.

A viabilização dos empreendimentos mineiros, normalmente chama pela organização ou reorganização do espaço local com vista ao atendimento das novas funções instaladas (Bata et al. 2016). Nesta lógica, o bairro de reassentamento de Nwamuza que ocupa uma área de 925.595 m² possui cerca de 489 casas das quais 304 destas são habitadas por cerca de 1000 pessoas que vivem sob uma estrutura de liderança instituída. Conta com várias infraestruturas como sejam vias de acesso, escola primária do 1º grau, centro de saúde, campo de futebol, igreja e um posto policial. Possui ainda água canalizada e corrente eléctrica de média tensão e dispõe de uma área reservada para a construção de um mercado (Muaga, 2021).

Parte significativa das populações circunvizinhas partilham algumas infraestruturas públicas como é o caso da escola, centro de saúde, posto policial e igreja Muaga (2021), facto que demonstra que para além das relações de convivência estabelecidas entre os reassentados, também se notam relações entre estes e as populações circunvizinhas.

A construção do bairro de Nwamuza foi antecedida por uma série de reuniões de auscultação

comunitária, realizadas pelo governo do distrito, a empresa mineradora e as comunidades envolvidas. As reuniões tinham por objetivo sensibilizar as comunidades a aderirem ao reassentamento com promessas de melhoria das condições de vida e desenvolvimento comunitário. Para além das casas e demais infraestruturas construídas também foi previsto o respeito a tradição, sendo de destacar a necessidade de considerar a exumação dos corpos e a respetiva sepultura em um novo local próximo das novas residências (Muaga, 2021).

As expectativas quanto ao modelo de reassentamento seguido em Nwahamuza, diverge opiniões, grosso modo, vigoram reclamações que orientam para o entendimento segundo o qual algo não correu conforme previsto ou discutido nas reuniões preliminares com as comunidades como atestam alguns relatos dos entrevistados.

“Quando o governo queria que aceitássemos a nossa saída da aldeia para cá fez muitas promessas, mas chegados aqui há muita coisa que não vivemos. Por exemplo, prometeram emprego para os nossos filhos, mas na empresa trabalham outras pessoas que não vivem aqui no bairro...” (E5)

“Muitos jovens vieram para cá e até deixaram de ir a África do Sul porque foram prometidos emprego na mina, mas os chineses nunca lhes contrataram, até greves já fizemos, mas nada resultou até aqui...” (E18)

“Quando reunimos com o governo e chineses fomos prometidos muitas coisas, emprego, machambas e indenizações, mas depois que saímos das nossas zonas para cá fomos esquecidos e como mesmo quando reclamamos ninguém faz nada acabamos tentando fazer alguma coisa, como negócios, ou trabalhar nas casas vizinhas em Chimundo para garantir a vida...” (E12)

“Aqui a vida não está fácil, mas também já não há como voltar para onde vivíamos porque a mina já está a funcionar. Só nos resta tentar fazer alguma coisa. Os que aguentam procuram ir a machamba, embora longe, outros vão procurar trabalho na cidade ou no bairro Chimundo, outros vão a África do Sul e muitos outros não fazem nada. Vontade de trabalhar temos, mas os chineses não nos contratam...” (E8)

Para o governo distrital e a empresa mineradora a ocupação das casas obedeceu a ligação e/ou proximidade das famílias de acordo com a sua disposição anterior nas comunidades onde viviam como forma de não comprometer as relações de convivência vigentes. Quer dizer, o bairro de reassentamento foi construído de tal forma que a ocupação das casas seguisse uma lógica que respeitasse o padrão de vida e não dispersasse a população como forma de garantir a manutenção de laços de proximidade conforme o local de proveniência (Muaga, 2021).

No entanto, nem todos os atores envolvidos comungam da mesma posição. Parte significativa das comunidades reassentadas olham para o reassentamento de forma diferente. Para este grupo nem todas as promessas feitas pelo governo e a mineradora foram acautelados. Reina um discurso segundo o qual a participação da população no processo de auscultação não foi efetiva. Esta alega não ter escolhido ela própria o local onde foi construído o bairro de reassentamento. Considera ainda que as casas não obedeceram a dimensão espacial das relações sociais vigentes nos locais de origem, para além de ferirem a tradição local (Muaga, 2021).

“O grande problema é que as comunidades não foram ouvidas, porque muitas delas vivem de agricultura e foram prometidas que no novo bairro estariam criadas as condições para tal, ainda foi nos dito que teríamos emprego e indenizações que serviriam para fazer negócio, mas o que se vive é bem diferente...” (E8)

No meio a estas reclamações, alguns membros reassentados procuram se adaptar a nova realidade

como forma de dinamizarem a vida. A título de exemplo, uns que não podem mais praticar as atividades que garantiam a sua sobrevivência nos locais de origem encontram alternativas para a sobrevivência. Uns praticam o comércio, outros estabelecem-se em associações e outros dedicam-se a pesca no rio Limpopo, alugam machambas aos nativos para a prática de agricultura e ainda aproveitam a área de Cochombane, uma povoação vizinha para o corte da lenha. Temos ainda os que optaram em se deslocar a vizinha África do Sul para trabalhar e parte destes no regresso investe na melhoria das casas como por exemplo, criação de outras infraestruturas (como outras casas, casas de banho externas capoeiras, etc). Investem ainda em pequenos negócios para o sustento das famílias (Muaga, 2021).

“A nossa vida é diferente, mas como se pode ver continuamos a reclamar junto do governo e da empresa, mas pouco se faz. A vida não pode parar cada um tenta se adaptar e faz alguma coisa. Não tem sido fácil, mas também não podemos parar porque sabemos que não tem mais volta. Fomos enganados, quem consegue avança, é o que se pode dizer da vida aqui em Nwamuza...” (E5)

Portanto, pode se inferir que no bairro de reassentamento de Nwamuza, encontramos diferentes estratos sociais constituídos por diferentes sujeitos que se relacionam mediante percepções e posicionamentos diferentes e até certo ponto divergentes em relação a realidade vivida. Tais relações se manifestam em termos da estrutura social e organizacional instituída e em funcionamento, que respeita a organização administrativa e poder local vigente em Moçambique.

Igualmente, nota se uma interdependência se manifestando no cruzamento que se assiste no domínio das famílias e nas relações de vizinhança, nas instituições públicas, recreativas, religiosas e culturais. Independentemente de serem pacíficas ou conflituosas, complexas ou simples, as relações vividas transparecem alguma reciprocidade entre as populações reassentadas e demais sujeitos envolvidos, de tal forma que é de compreender que neste bairro há novas configurações sociais que justificam as dinâmicas prevalentes localmente.

5. Considerações finais

Com o advento da exploração das areias pesadas de Chibuto foram deslocadas as comunidades que ocupavam a área abrangida pelo projeto. O governo, a empresa mineradora e as comunidades reassentadas constituem-se em principais sujeitos envolvidos. No seio destes, os primeiros dois conceberam o bairro numa perspetiva de melhoria das condições de vida para as comunidades.

Entre as comunidades as posições e sentimentos divergem. Uns agrupam-se pela negatividade e não assumem estar a viver uma vida melhor, sendo que justificam que a forma como foi concebido o bairro não responde as expectativas esperadas. Outros formam um outro grupo que mesmo sem concordar com a atual realidade erguem-se nas mais diversas formas possíveis e desafiam-se a dinamizar a sua vida, aproveitando as oportunidades que surgem no dia a dia.

No meio as divergências e entendimentos, o facto é que o bairro comporta uma estrutura social na qual as comunidades reassentadas em consequência da exploração das areias pesadas vive e estabelecem algum tipo de relacionamento. Há relações que se mantém entre as populações desde o nível familiar, vizinhança, religião, em alguns serviços públicos como escola, centro de saúde e posto policial e até na recreação ou realização de cerimónias culturais.

Cada tipo de convivência estabelecida conforme concordância ou não em relação as condições de vida vigentes no novo bairro, expressa uma certa relação de interdependência entre os membros reassentados; entre estes e o governo distrital e a mineradora e com os bairros circunvizinhos. Toda esta teia de relacionamentos remete ao entendimento de que no bairro de Nwamuza verificam-se novas configurações sociais estabelecidas que se manifestam nas mais diversas formas de convivência.

6. Agradecimentos

Os nossos agradecimentos vão para a direção do curso de Doutorado em Sociedade e Desenvolvimento,

na pessoa do Prof. Doutor Orlando Nipassa, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo – Moçambique, aos organizadores desta produção de artigos pela oportunidade dada em fazer para fazer parte desta publicação.

7. Referências

Bata, E., Barreira, C., & De Almeida, M. (2016). Impactos socioespaciais e político-económicos dos megaprojetos de mineração em Moçambique: O caso da exploração do carvão mineral de Moatize. **Campo-Território – Revista de geografia agrária**.

Bernardo, E. M., Dunduro, A. S., Nerua, L. A., & Maidjelele, G. B. A. (2014). **O Capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital**. (1. ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.

Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. **Review of African Political Economy**, 41, S26–S48. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>.

Castel-Branco, C. N. (2010). Economia Extrativa e desafios de Industrialização em Moçambique. **Cadernos IESE**. Maputo,1.

Castelo, C. (2014). “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia História**, 30(53), 507–532. Disponível: <https://doi.org/10.1590/s0104-87752014000200009>.

Cernea, M. (1996). **Compreensão e prevenção do empobrecimento das reflexões de Deslocamento sobre o Estado do Conhecimento**. Vol.2, Oxford: Berghan Books.

Chivangue, A. (2016). **Responsabilidade Social da Indústria Extractiva, Protestos Populares e Desenvolvimento em Moçambique**. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, Portugal.

Elias, N. (1969). **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Edições 70.

Elias, N. (1993). **O processo civilizador** vol. 2. Rio de Janeiro: J. Z. Editor.

Elias, N. (2008). **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70.

Governo da República de Moçambique. (2014). **Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)**. Maputo. Disponível em: [https:// www.setsan.gov.mz](https://www.setsan.gov.mz)

Governo da República de Moçambique. (2020). **Plano Quinquenal do Governo (2020-2024)**. Maputo. Disponível em: [https:// www.ts.gov.mz](https://www.ts.gov.mz)

Hanlon, J. (2004). Do Donors Promote Corruption? The Case of Mozambique. **Third World Quarterly**, 25 (4), 747–763.

Kesserling, R. (2018). Em um ritmo extrativo: temporalidades conflitantes em um processo de reassentamento em Solwezi, Zâmbia. **The Extractive Industries and Society**, Vol. 5, 217–244.

Lamas, I. (2021 Agosto). Um vazio de governança? Desinvestimentos da Vale em Moçambique e atuações conflituosas da corporação em perspetiva internacional. **Conferência - Indústria Extrativa Em Moçambique: Desafios, Sucessos e Perspetivas**, Maputo, Moçambique.

MAE-Ministério de Administração Estatal (2005). Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza. **Perfis Distritais**. Disponível em: <https://www.govnet.gov.mz>

Machanguana, C. A., & Sardinha, I. D. (2021). Exploring mining multinational resettlements and corporate social responsibility in emerging economies: the case of the company VALE, SA in Mozambique. **Emerald**, 12(3), 591–610. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2019-0414>.

Matos, E. A. de. (2016). **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. Tese de doutoramento, IGEO/UFRGS, Porto Alegre, 295, Brasil.

Mburrugu, E. (1994). Dislocation of Settled Communities in the Development Process: The Case of Kiambere Hydroelectric Project. In: Cook, Cynthia (orgs.) **Involuntary Resettlement in Africa. Selected Papers from a Conference on Environment and Settlement Issues in Africa**. The World Bank. Washington.

MIREM-Ministério dos Recursos Minerais e Energia (2014). Contrato mineiro entre o Governo da República de Moçambique e Anhui Foreign Economic Construction (Group) CO., Ltd. & Yunnan Xinli Nonferrous Metals CO., Ltd. **Contrato de Exploração mineira**. Maputo. Disponível em: <https://www.resourcecontracts.org/contract/ocds-591adf-9381629908/view#/>

Mosca, J., & Selemane, T. (2014). Megaprojetos no meio rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza, **IESE**. Maputo.

Muaga, D. F. (2021). **Expectativas de desenvolvimento resultantes do reassentamento mineiro no bairro de Nwamuza, distrito de Chibuto, Moçambique**. Dissertação de mestrado, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique.

Ndanda, A. (2019). **Mudumeia: A zona isolada onde a vida é tão pesada como as areias que lá se extraem**. Magazine Independente, Maputo, Moçambique.

Owen, J. e Kemp, D. (2015). Deslocamento e reassentamento induzidos pela mineração: uma avaliação crítica. **Jornal de Produção Mais Limpa**, Vol. 87, 478–488.

Peixoto, E., Anjo, A. B., & Bonito, J. (2015). **Recursos geológicos em Moçambique e sua presença em contexto educativo Geological**. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0>.

Santos, M. (2008). **Economia espacial: críticas e alternativas** 2a ed; S.P, Eds: São Paulo.

Selemane, T. (2010). Questões à Volta da Mineração em Moçambique: Relatório Das Atividades Mineiras em Moma, **Centro de Integridade Pública-CIP**, Maputo.

SOGEOA. (2016). Plano de Acção de Reassentamento do Projecto de Exploração da Ilmenite no Deposito de Areias Pesadas de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique. **Plano de Acção**.

Stiglitz, J. E. (2007). Multinational Corporations: Balancing Rights and Responsibilities. **American Society of International Law**, 101, 3–60.

Wiegink, N., & Kronenburg García, A. (2022). Surplus to extraction: Resettlement as a “make live” intervention in Mozambique. **Extractive Industries and Society**, 9, 101036. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2021.101036>